



## Universidades Lusíada

Martins, Alcina Maria de Castro, 1955-

### **A escola da ciência social de Le Play na construção do conhecimento do serviço social português**

<http://hdl.handle.net/11067/3908>

#### **Metadados**

<b>Data de Publicação</b>	1993
<b>Palavras Chave</b>	Le Play, Frédéric 1806-1882 - Crítica e interpretação, Serviço social - Portugal - História
<b>Tipo</b>	article
<b>Revisão de Pares</b>	no
<b>Coleções</b>	[ULL-ISSSL] IS, n. 07 (1993)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-09-21T10:25:38Z com informação proveniente do Repositório

# A ESCOLA DA CIÊNCIA SOCIAL DE LE PLAY NA CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS

*Alcina Maria de Castro Martins* \*

## INTRODUÇÃO

No âmbito do curso de Mestrado em Serviço Social, ao abrigo do protocolo entre a PUC/SP e o ISSS de Lisboa, levamos a cabo uma investigação sobre o processo de génese, emergência e institucionalização do Serviço Social Português, na qual se privilegia a criação da Escola Normal Social de Coimbra (1937).

A abordagem do conhecimento das Ciências Sociais na construção do Serviço Social Português insere-se nessa pesquisa, apresentado-se no presente trabalho, o contributo conferido pela Sociologia.

A revolução científica, produzida à escala universal, deixando de lado a explicação religiosa, mítica e metafísica do mundo, sendo substituída pela explicação a partir da razão e da ciência, reflecte-se no processo de laicização e secularização da sociedade com implicações na profissionalização de actividades anteriormente desenvolvidas de forma voluntária, esporádica e baseadas em valores religiosos. Fenómeno que regista atraso nos países católicos, em Portugal configura-se de forma peculiar, dada a confrontação violenta, travada entre o Estado e a Igreja, nos séculos XVIII, XIX e nas primeiras décadas do século XX, face à Questão Religiosa e às suas conexões com a Questão Social e a Questão Política, a manutenção de uma sociedade capitalista ou implementação de uma sociedade socialista (1).

O processo de constituição das Ciências Sociais e da profissionalização do Serviço Social em Portugal vem a ser marcado pela forma como todas essas transformações ocorreram, nas diversas conjunturas sócio-históricas, desde a segunda metade do séc. XIX à fase de construção do Estado Novo (2). É neste período que se institucionaliza o Serviço Social com a criação e oficialização do Instituto de Serviço Social de Lisboa e da Escola Normal Social de Coimbra (3).

---

\* Assistente Social, Professora no Instituto Superior de Serviço Social de Coimbra, mestranda em Serviço Social, integra o Núcleo de Investigação de História do Serviço Social Português

A sociologia comteana faz a sua entrada no meio académico português, nos anos oitenta do século XIX por via de Manuel Emygdio Garcia, professor de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra (4).

A difusão em Portugal da filosofia positivista tem lugar a partir dos meados da década de sessenta, mas é nos anos 70 do século XIX que o positivismo se transforma numa forte corrente de opinião, fundindo-se com o republicanismo e influenciando até o pensamento socialista. Esta filosofia vai penetrar nos mais diversos campos das ciências e cultura Psicologia, Sociologia portuguesas (Direito, antropologia, etnografia, medicina, psiquiatria, pedagogia, ensino, literatura, etc.); diluindo-se num cientismo em que a defesa prioritária da ciência se faz sem se deter numa exclusividade filosófica, o positivismo torna-se numa fonte inspiradora da estratégia laicista, compartilhada por republicanos, socialistas, maçons e anarquistas no início do século XX (5).

Antes da queda da monarquia, a ciência social de Le Play constituiu uma referência para sectores católicos, que penetra no meio universitário no início do século XX, através do professor de Economia Política, Marnoco e Sousa, da Universidade de Coimbra (6).

Ganha assim pertinência a análise de como sectores ligados ao catolicismo social e à difusão da Doutrina Social da Igreja vão utilizar teorias de matriz positivista, caso da ciência social de Le Play e dos seus discípulos, que sendo católicos e conservadores estão em consonância com os valores e interesses destes sectores portugueses.

Esta sociologia experimental (7) vê no Serviço Social um dos campos de aplicação das suas teorias e propósitos reformistas, vindo as visitadoras escolares e as assistentes sociais, no início da sua formação a sofrer influência directa desta corrente.

No trabalho que agora apresentamos, de cariz historiográfico, num primeiro momento fazemos uma breve referência ao contexto em que de Le Play elabora o seu pensamento e os principais elementos caracterizadores da ciência social. Num segundo momento analisamos o impacto de algumas destas influências em meios católicos portugueses, desde as últimas décadas de novecentos até à implantação da República, no período sidonista e no período da Ditadura Militar até aos primeiros anos da construção do Estado Novo. Por último abordamos os discípulos e simpatizantes portugueses da ciência social que mais contribuíram para a construção e formação do Serviço Social português (8)

## 1 — LE PLAY E A CIÊNCIA SOCIAL

Frédéric Le Play (1806-1882) engenheiro de minas, católico e monárquico, contemporâneo de Augusto Comte (1798-1853), estuda as sociedades segundo o método das ciências naturais. Afirma na introdução ao seu livro “Les Ouvriers Européens”, que “apliquei à observação das sociedades humanas regras análogas às que o meu espírito utilizava no estudo dos minerais e das plantas, construí um mecanismo científico” (9). Adoptada a expressão “Science Social” criada por Saint-Simon, Le Play discute com saint-simonistas em 1830 as questões sociais e as reformas que conviria fazer (10)

A sua actividade profissional leva-o a efectuar viagens de estudo permitindo-lhe fazer uma observação metódica da vida operária na Europa e em parte da Ásia (1829-1853). As revoluções de 1830 e 1848 e o confronto com as situações diferenciadas que as famílias desses países viviam, levam-no a formular a seguinte hipótese: o estudo da família operária e o seu enquadramento económico, social e cultural revelaria o estado social de uma sociedade.

Baseando o seu método, na observação directa no terreno, na análise comparativa, utiliza como técnica primordial a monografia e como instrumento de trabalho o orçamento da família operária e as informações complementares acerca do seu meio, recolhidas junto de elementos privilegiados, as “autoridades sociais”

A publicação em 1855 de “Les Ouvriers Européens” constituiu o estudo empírico, quantitativo e comparado, dos sistemas familiares europeus, baseado nas monografias e nos orçamentos familiares (11). Para Le Play a estabilidade social passava pela “família souche”, sistema em que os pais designavam um herdeiro único, ficando os restantes filhos a trabalhar na exploração mas sem usufruírem da herança paterna. As “classes superiores” que denomina de “autoridades sociais” constituem modelos a seguir. Elas têm de aconselhar e mostrar o caminho a prosseguir, encarregando-se em particular da “questão social” sendo responsáveis pela organização ou desorganização familiar e social.

A oposição ao alargamento da intervenção do Estado centralizado e a proposta de supressão de qualquer intervenção leva-o a acentuar o desejo de serem restabelecidas as “associações intermédias”, as comunidades e as corporações (que vão desde a sociedade de ajuda-mútua e filantrópica para os pobres até às sociedades literárias, eruditas e científicas) com uma clara admiração pelas organizações e valores da Idade Média, apanágio de todos os conservadores (12). Nas últimas obras de Le Play fica patente que a reorganização social terá que ser feita pela reorganização do trabalho e da família, em que ocupa um assinalável papel a educação moral (13), pois o

“mal Social era devido às desordens morais” e o patronato das “autoridades sociais” o modo de evitar os abusos da propriedade (14).

As influências do pensamento conservador de Bonald e De Maistre são marcantes em Le Play, segundo Nisbet. “A ênfase sobre uma Igreja forte e autónoma, sobre uma família estável e de raízes, a abolição do divórcio, uma combinação de localismo e federalismo, com acentuada descentralização de todas as áreas da organização social e uma redução substancial do individualismo nas esferas económica, social e cultural, encontram-se tanto nas prescrições de Le Play quanto de Bonald (15).

Para Antoine Savoye o pensamento de Le Play apresenta um duplo carácter: alimenta o discurso do poder político e constitui, ou pelo menos contribui, para a doutrina de um grupo social (os católicos liberais) (16). Mas tal só se verificará durante o segundo império, em que Le Play é nomeado conselheiro do Estado (17). A escola de Le Play sem pertencer explicitamente ao catolicismo social foi sempre utilizada pelos católicos sociais. Tendo o reconhecimento das autoridades da Igreja e do Papa, foi no seio do catolicismo social que esta doutrina despertou maior interesse e onde foram recrutados aderentes e praticantes (18).

Napoleão III fará de Le Play senador (1864), vindo este, a pedido daquele, a escrever uma obra sobre a Reforma Social em França. Mas a vitória dos republicanos (1879) irá colocar a Escola de Le Play na oposição, passando a escola de Emile Durkheim a responder às novas solicitações do Estado, particularmente à estratégia laicista da 3.<sup>a</sup> República. Este acontecimento faz com que a escola da ciência social perca o monopólio entre as escolas sociológicas existentes, tornando-se a escola de Durkheim hegemónica. É ela que institucionaliza a Sociologia na Universidade, não sendo concedida qualquer cadeira universitária a elementos da escola de Le Play. Sendo afastada das lides universitárias e oficiais, deixa também de ser apoiada pelos sectores do catolicismo social.

Após as encíclicas de Leão XIII, estes sectores abandonam progressivamente a ideologia liberal em detrimento de uma intervenção do Estado que assegure uma “justiça distributiva”, e na linha de Leon Harmel defendem a constituição de sindicatos cristãos, baseados na acção autónoma dos operários pela defesa dos seus interesses laborais.

Se por um lado, a ciência social se marginaliza enquanto escola sociológica, à medida que a base social de apoio diminuiu e rompe com as procuras sociais da 3.<sup>a</sup> República, por outro lado vai estar aberta às procuras externas, vendo aumentada a sua audiência, em países que não a França, como é o caso de Portugal.

## 2 — A INFLUÊNCIA DE LE PLAY E DOS SEUS CONTINUADORES EM PORTUGAL

É sobretudo no período antes da queda da monarquia que em Portugal a influência do pensamento de Le Play e dos seus continuadores, Joseph Durier e Léon Poincard, que se deslocam ao nosso país se faz sentir.

Durante o regime republicano e até à implantação do “Estado Novo” é Paul Descamps o elemento da escola da ciência social que mais influencia os discípulos e simpatizantes portugueses.

### 2.1. Das últimas décadas do século XIX à queda da Monarquia.

A adesão de portugueses às iniciativas e pensamento da escola de Le Play data das últimas décadas do século XIX. As Uniões da Paz Social criadas por Le Play na sequência da Comuna de Paris, em 1871, animadas de com um espírito reformador, contam nas suas fileiras com portugueses como a Rainha D. Maria Pia, Aventino Albano de Moura Teixeira, Alfredo Barbosa dos Santos, Jaime Lima <sup>(19)</sup>.

Na imprensa adepta do movimento social católico destaca-se o jornal “A Palavra” (1872-1911) e o seu suplemento “O Grito do Povo” (1899-1913), que tem a colaboração dos precursores do movimento da democracia cristã em Portugal, como os padres Benevenuto de Sousa e Roberto Maciel; Plácido de Vasconcelos Maia e Manuel Frutuoso da Fonseca que a partir de 1874 difundem não só o pensamento de Le Play como estão estritamente ligados à criação dos Círculos Católicos de Operários, igualmente influenciados em Portugal por esta corrente.

Plácido de Vasconcelos escreve em “A Palavra” de 1894 a 1897 variadíssimos artigos sobre a Reforma Social, referindo abundantemente Le Play e tornando-se num seu seguidor. Para ele, “o verdadeiro methodo de reforma para um povo que tem perdido a tradição do bem, consiste em descobrir as Auctoridades Sociaes, observar as suas práticas e propagar os seus ensinamentos” (...). Esta concepção está ainda de algum modo presente no movimento católico do Centro Nacional e do Partido Nacionalista, constituindo “um fermento activo nos vários níveis — social, religioso e político da reforma social” <sup>(20)</sup>. A proximidade de Plácido de Vasconcelos às posições de Le Play leva-o ao ponto de ficar isolado, ao defender o livre câmbio e recusar a intervenção do Estado, quando após as directrizes de Leão XIII o sentir geral das hostes de “A Palavra” ia no sentido de apoiar o princípio de que os operários tinham direito a uma certa protecção legal e portanto a caridade era insuficiente para resolver a Questão Social <sup>(21)</sup>

Relativamente à orientação de os patrões promoverem obras de assistência para os seus trabalhadores e de as “autoridades sociais” intervirem igualmente nessa área, salienta-se a intervenção de Henry de Burnay (22), que em 1895 decide organizar uma grande festa, pelo centenário de Santo António, patrocinando a construção de uma Vila Operária, com 50 habitações, refeitório e capela, confiando a sua direcção às Franciscanas Missionárias de Maria (23). A Duquesa de Palmela criará por seu lado, entre 1893 e 1896, quatro Cozinhas Económicas em vários bairros da cidade de Lisboa, como meio de combater a deficiência alimentar das classes trabalhadoras, apoiando-se nas Irmãs Hospitaleiras para a sua organização (24).

Na década de noventa, publicam-se livros de autores da ciência social, caso de Edmond Demolins, e surgem iniciativas educativas e culturais, como a Liga da Educação Nacional (25), a Comissão de Estudos Sociais (26) e o Colégio da Via Sacra em Viseu (27), que se reclamam da ciência social e da “École des Roches”, perfiando a concepção de a resposta à questão social, vista como questão moral, passar fundamentalmente pela reforma da educação. Muitos dos católicos e dos professores universitários, que estiveram na base destas iniciativas, são membros da Sociedade Internacional de Ciência Social fundada em 1904 (28), constituindo um bom indicador de adesão dos portugueses a esta escola. É o caso de Serras e Silva, Marnoco e Sousa, Mendes dos Remédios.

A influência da escola da ciência social também se faz sentir no meio académico. A partir do ao lectivo 1907/1908 Marnoco e Sousa, professor de Economia Política, na Universidade de Coimbra, publica as lições da disciplina sobre o método e as doutrinas da escola, com referências a Le Play e aos seus continuadores, Tourville e Demolins (29).

O impacto da ciência social manifesta-se ainda nos Congressos da Democracia Cristã, salientando-se no de 1908 que os sociólogos católicos já tinham uma resposta para a questão social, bastava aplicá-la. A vinda nesse ano do Secretário da Sociedade Internacional da Ciência Social, Joseph Durier (30) a Portugal, para fazer algumas conferências na Sociedade de Geografia, não deixa de estar relacionada com essa postura, assim como a de outros destacados elementos da escola.

No ano seguinte será Léon Poincard, formado na Escola de Ciências Políticas e Económicas de Paris, que virá a Portugal para realizar um inquérito social sobre o país, seguindo o método de Le Play, Tourville e Demolins e contando com a colaboração de quarenta portugueses espalhados pelo país, por intermédio de José de Mattos Braamcamp, engenheiro e Serras e Silva professor da Faculdade de Medicina de Coimbra (31). Os resultados do seu trabalho são expostos numa série de conferências na Universidade de Coimbra, na revista “La Science Sociale” (32) e sob a forma

de livro “Portugal Ignorado” (33), sendo ainda publicada a brochura de Poinard “O estudo dos agrupamentos sociaes pelo methodo monographico, segundo F. Le Play e H. Tourville” (34).

O plano de Poinard é o de “constituir em proveito da nação, os quadros duma organização actuante e progressiva”, por meio de um esforço “não só fortemente concentrado e infinitamente variado, mas que actue ao mesmo tempo em todas as partes do país”. Recomenda neste sentido que se estabeleça, em primeiro lugar, “uma Comissão Central de Iniciativa, com seretariado permanente, uma repartição de estudos, informações e consultas, arquivos e biblioteca especiaes. Aqui se concentrariam as pesquisas, os inquéritos, os documentos que esclarecessem e animassem todas as tentativas feitas num interesse comum, com o fim de derramar no país a educação, a instrução, o bem estar. A influência d’esta comissão seria sustentada e ampliada pelas comissões de província, organizadas sob o mesmo plano, mantendo-se em permanente contacto. Esta organização estaria aberta a todas as boas vontades; a sua missão seria interessar nella as mulheres e a gente moça, pôr em acção todas as capacidades e todas as aptidões, amparar todos os empreendimentos do bem público”. “A sciencia indica o caminho a seguir para se sair d’este beco sem horizonte. Se os portugueses não souberem aproveitar este raio de luz para se dirigirem, para orientar a sua vida particular no sentido da reforma da educação e do trabalho, em vão se debaterão nos chaos das ideias confusas e das combinações artificiais, continuarão a vegetar num regime social, económico e político incapaz de gerar outra cousa que não seja o embaraço, a intriga, o favoritismo e a mediocridade” (35).

Poinard afirma que D. Manuel “tomara grande e directo interesse pelos nossos estudos sobre Portugal e empenhara-se por conhecer-lhes promptamente o resultado. Tivemos que responder minuciosamente a uma série de perguntas redigidas pelo seu próprio punho” (36). Paul Descamps corrobora essa ideia, referindo que após o inquérito de Poinard, havia interesse em utilizar a Ciência Social para fazer um plano de reforma social em Portugal, estando o monarca português nisso interessado, acontece porém, que a monarquia sucumbe quase logo (37).

A monarquia, a nobreza e o frágil movimento social católico eram já impotentes, mesmo contando com o apoio da escola da ciência social, para fazerem frente à situação sócio-política e responderem ao movimento republicano, movimento operário e movimento socialista, através de uma pretensa reforma social, assente em princípios e métodos científicos.

De realçar no entanto, que desde os finais do século XIX, sectores ligados à democracia cristã, ao catolicismo social mais conservador e à monarquia, tentaram esboçar uma alternativa à influência do positivismo triunfante de feição laicizante,



com a adesão à escola da ciência social e o incremento de várias iniciativas imbuídas desse pensamento, constituindo a versão católica e conservadora do positivismo. A República é implantada em 1910 e com ela o positivismo atinge o seu apogeu, com a nomeação de Teófilo de Braga para primeiro presidente da República.

## 2.2. No Período de Sidónio Pais.

A escola da ciência social ganha no contexto sidonista um novo impulso, com a fundação da Sociedade Portuguesa da Ciência Social, em 1917 no Porto. Na sua base estão adeptos da Ciência Social e colaboradores de Léon Poincard que se mantiveram em contacto com os trabalhos e iniciativas da Sociedade Internacional da Ciência Social. São eles: José de Mattos Braamcamp, engenheiro e grande agricultor alentejano; Bento Carqueja, Roberto Alves e Mendes Correia, Professores da Universidade do Porto, José Machado Fontes, organizador da Sociedade e ainda o Visconde de Guilhomil, os Doutores António da Costa e Almeida e Mário de Oliveira; José Cerqueira Machado, Alfredo Athayde, Manuel Alves Pimenta e Pina Cabral <sup>(38)</sup>.

É propósito dos organizadores desta Sociedade levar à prática o plano esboçado por Poincard, tendo “por fim a constituição gradual, para bem da Nação, dos quadros de uma organização social, activa e progressiva, em que se não fala, nem se pensa, em bulir nos poderes públicos, mas somente operar no campo da acção particular, em todas as regiões do país”. “Esta associação, aberta a todos os indivíduos de boa vontade, de todas as classes, promoveria o estudo das questões sociais fora do terreno onde penetram os perturbadores da política e exerceria acção indirecta sobre esta pela educação da Opinião Pública” <sup>(39)</sup>.

Iniciam a publicação do Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social em 1918 <sup>(40)</sup>, difundindo os métodos e as doutrinas da escola e bem assim os estudos de famílias portuguesas, segundo o método monográfico de Le Play e seus continuadores, chegando a identificar o tipo de família comunitária que Poincard não tinha analisado.

Contam ainda com a colaboração de Paul Descamps, secretário da revista “La Science Sociale”, que no seu artigo “L’utilité de la science sociale” refere que “a ciência social foi inventada com um fim utilitário: a reforma da sociedade, a procura da melhor organização da sociedade”. Considera Descamps, que na base de qualquer reforma social séria está uma “reforma de educação”. A aplicação da ciência social, para além da resolução das questões sociais e do estudo da reforma educativa, ainda é extensiva à colaboração com outras ciências como a História, Psicologia, e a apli-

cações utilitárias, que vão desde o filantropo que quer melhorar a situação do seu país, ao pedagogo que procura melhorar a educação das crianças, aos eruditos que procuram resolver um problema de história, de etnografia, de psicologia, de direito, de economia política, ao escritor (41).

Sem se querer identificar o surto de acções filantrópicas da aristocracia, neste período, com esta escola, não deixa, no entanto, de confluir para as orientações da ciência social, o jacto de as “autoridades sociais” assumirem na vida social um lugar de destaque. Neste sentido, José Fontes considera que o “mais grave aspecto da nossa crise, o que mais fundas consequências tem, é o da falta de verdadeiros chefes em qualidade e número suficientes para enquadrar fortemente o povo português, é o da crise da nossa elite”. “As classes trabalhadoras, por si sós, abandonadas aos seus recursos próprios, não só materiaes, como moraes, pouco podem fazer. Precisam ser dirigidas, orientadas, enquadradas por uma verdadeira elite de famílias superiores que as encaminhem em todas as manifestações da vida social”. “A preparação do clero não está ainda sendo feita d’acordo com as necessidades da epocha presente”. “A elite é assim como que uma classe social sobreposta a outras para as dirigir e organizar tanto sob o ponto de vista material como intellectual e moral” (42).

Nesta óptica, poder-se-á entender melhor o porquê dos convites a Paul Descamps por parte dos poderes públicos e posteriormente as repercussões que a escola manterá nos meios e nas iniciativas católicas. Paul Descamps escreve no Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra (1918) e recebe um convite do Director dessa Faculdade, José Alberto dos Reis (43) para dar continuidade à obra de Poincard, por proposta de Serras e Silva, não chegando a vir a Portugal.

Entre 1920 e 1925 Descamps mantêm-se, no entanto, em contacto com o meio universitário, através da publicação de artigos no Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra e na Revista da Universidade de Coimbra, iniciando-se uma colaboração com a Faculdade de Direito que se alargará no período da Ditadura Militar e na fase de construção do Estado Novo.

### **2.3. No período da Ditadura Militar aos primeiros anos do “Estado Novo”.**

Teixeira de Abreu, Director da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, em 1930, endereça novo convite a Paul Descamps, com o apoio manifesto de Oliveira Salazar, então ministro das Finanças, para ministrar um “curso sobre o método e um inquérito social aprofundado, para completar a obra de Poincard” (44) e examinar o estado social da República em período de reforma constitucional.

Descamps faz cursos na Faculdade de Direito de Coimbra (1930/31) e na Faculdade de Lisboa até 1934, reunindo nas duas faculdades mais de uma centena de colaboradores, que juntamente com ele procederam à elaboração de monografias de famílias, do trabalho e de regiões (45). Como resultado de todas essas pesquisas, publica em 1935, “Le Portugal, la vie sociale actuelle” em que caracteriza a população rural portuguesa do norte, centro e sul do país e analisa entre outros aspectos: a organização do trabalho industrial e piscatório, a constituição da família, a autoridade na família, a situação da mulher, a situação da educação. Escreve ainda “Histoire Sociale du Portugal” (1959), onde aplica o método da ciência social ao passado, e os artigos “Cours de méthode de science sociale (1930/31)”, publicado no Boletim da Faculdade de Direito e “La Sociologie Expérimentale”, publicado no Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa.

A preocupação com a reforma da instrução e da educação, bem presente neste período, por parte dos poderes oficiais, leva a recorrer aos conhecimentos da ciência social, que no parecer de Descamps, é uma “ciência da observação como as ciências naturais”, podendo “contribuir para a formação duma ciência de educação” e cujo problema essencial “c’est la détermination des liens qui unissent les membres d’un groupement, leur force, leur nature, leur souplesse, leurs modalités” (46).

### 3 — A CIÊNCIA SOCIAL NA EMERGÊNCIA DO SERVIÇO SOCIAL PORTUGUÊS

Segundo Braga da Cruz “será ao nível das políticas sociais que o impacto académico da ciência social mais se fará sentir em Portugal, sobretudo na organização de cursos de serviço social e de enfermagem, e na doutrinação efectuada pelas Semanas Sociais Portuguesas” (47).

Falcão Machado, divulgador da ciência social, considera que “o facto culminante de 1939, sob o ponto de vista sociológico, foi a criação, sob o patrocínio de Carneiro Pacheco, Ministro da Educação Nacional, do Instituto de Serviço Social, destinado à formação de assistentes sociais” (48).

Deitadas as sementes da ciência social, adeptos da democracia cristã, membros do Centro Académico da Democracia Cristã e futuros políticos e figuras do Estado Novo (como António de Oliveira Salazar, Cardeal Cerejeira e Serras e Silva) fá-las-las-germinar em várias iniciativas, como a reforma da instrução e educação, a organização de cursos de Serviço Social e a formação de Assistentes Sociais e Visitadoras Escolares, aspectos que destacamos neste trabalho.

Dos discípulos da ciência social, o que mais directamente influenciou o Serviço Social foi Serras e Silva, não só por fazer parte do Conselho Técnico do Instituto de Serviço Social de Lisboa, em 1935 (49), mas também por ter sido Director da Saúde Escolar e incrementar o desenvolvimento e formação das visitadoras escolares.

Estes aspectos levam-nos a fazer uma breve referência à obra e pensamento deste “pioneiro dos estudos sociológicos objectivos em Portugal” (50) figura de destaque ao difundir o pensamento de Le Play e seus continuadores, os estudos e as realizações ocorridas em Portugal, sob influência desta escola.

### 3.1. Serras e Silva.

Serras e Silva forma-se em medicina pela Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra (1896). Nessa Faculdade, exerce os cargos de Director da Faculdade, dos Laboratórios de Higiene e Microbiologia, do Curso de Medicina Sanitária, de Professor da cadeira de Higiene (desde 1900), e do Curso de Hidrologia. Na Faculdade de Letras rege a cadeira de História dos Descobrimentos, e na Escola Normal Superior de Coimbra, o curso de Higiene Escolar.

Participa em Congressos médicos como no “Congresso Nacional da Tuberculose” (1895), no 3.º “Congresso dos Núcleos da Liga Nacional contra a Tuberculose” (1904), aí considerando que cabe aos poderes públicos e particularmente às municipalidades desenvolver o melhoramento do saneamento geral, alertando que as classes dirigentes têm de ser educadas e informadas das necessidades dessa luta havendo que estimular a iniciativa particular dos capitalistas, no sentido de se construirem habitações salubres e se criarem sociedades construtoras de casas baratas (51).

Como católico, participa no Congresso de Médicos Católicos (1918), nas Conferências de S. Vicente de Paulo, no Centro Académico da Democracia Cristã de Coimbra, integra em 1922 a Comissão Diocesana do Centro Católico Português, relacionando-se com António de Oliveira Salazar, Gonçalves Cerejeira, igualmente membros dessas organizações.

Publica vários artigos nos “Estudos”: em 1923, “Frederico Ozanan” e em 1928 “Educação da Mulher — a formação da sensibilidade”, concebendo que “os interesses superiores da civilização na hora presente estão confiados à mulher. Será ela que formará a provisão de bondade, de desinteresse, de justiça, de caridade, de abnegação, de culto pela arte, sem o que a humanidade recuará aos tempos bárbaros. Para o desempenho deste papel é preciso que ela cultive a sua fé e o seu carácter. Guardar a fé, a religião, e desenvolver todas as suas capacidades. Apoiada nestas duas colu-

nas, fé e cultura, será capaz de sustentar uma civilização no meio de ruínas, que a guerra, as ambições e os vícios espalharam por toda a parte” (52). Escreve artigos dispersos noutras revistas e jornais como: Coimbra Médica, Movimento Médico, A Saúde Escolar, Clínica, Higiene e Hidrologia, Boletim do Liceu Normal, Novidades, A Voz, Correio de Coimbra, artigos estes sobre medicina, educação física, sociologia, pedagogia, higiene moral, crítica da história, etc. (53).

Em 1936 é procurador à Câmara Corporativa, pela 17ª Secção Educação Física e Desportos, na qualidade de médico especializado em questões de educação física (54).

Gonçalves Cerejeira dedica-lhe, a sua tese de doutoramento (55) e prefacia o livro de Serras e Silva “Condições de felicidade”. Nele, reconhece que no autor “ficou-lhe como característico vinco de espírito dos estudos de laboratório (...) o gosto quase doloroso da análise, que o encontro da ciência social de Le Play e de H. de Tourville lhe ensinou a transportar para o campo social” (56), acrescentando que “topa-se nos escritos do Dr. Serras e Silva a afirmação constante do moralista e do pedagogo, que não sabe ser indiferente aos problemas do Homem, não na sua forma abstracta, mas na carne viva das preocupações presentes” (57).

Faria de Vasconcelos considerará Serras e Silva e a sua obra como sendo “a de um sociólogo, de um higienista, dum pedagogista, dum educador em suma, que alia às capacidades técnicas, qualidades de elevada inteligência, de prudente bom senso, de inteireza de carácter e de profundo sentimento moral” (58).

E João Porto, seu discípulo, apontará que “o ideal do Sr. Doutor Serras e Silva foi sempre a formação moral e cultural da sociedade portuguesa, com primazia para aquela; e sempre com tal objectivo, foi mais que um propagandista; foi mesmo um apóstolo” (59).

Ora, o pensamento de Le Play e dos seus continuadores constitui uma das principais influências da sua obra no domínio da educação. Entusiasta da ciência social desde o período monárquico, faz-se membro da Sociedade Internacional da Ciência Social nesse período e tem o seu nome ligado à constituição da Liga de Educação Nacional e da Comissão de Estudos Sociais em Coimbra. Deve-se-lhe a iniciativa dos inquéritos realizados em Portugal por Léon Poincard e Paul Descamps, tornando-se num dos seus principais colaboradores. Para além de traduzir e editar a brochura de Léon Poincard em 1909, prefacia o livro de Paul Descamps “Le Portugal, la vie sociale actuelle” (1935).

Em 1926 publica o seu livro “A Ciência Social na Educação e na História” (60), obra de divulgação dos postulados e métodos da ciência social e da sua aplicação às

concepções e reformas de educação e aos estudos históricos. Estrutura o trabalho em três capítulos: a ciência social, a história e a educação segundo a ciência social. Explícita, neste último capítulo, que a função educativa é que dá a cada família, e portanto à sociedade a sua fisionomia particular. Terá superioridade social o povo em que a família estiver melhor organizada, aquele em que ela realizar melhor, com mais vitalidade as funções principais de propagação da raça e educação dos filhos.

Para Serras e Silva, “a ciência social mostra que é da educação que depende o destino dos povos e não do clima ou das suas instituições políticas” e que “não é o Estado que importa remodelar, é a educação” (61). Assim, não é a regeneração social pelo poder político que faz a prosperidade dos povos, é sobretudo a educação dada pelas famílias. Estas obtêm prosperidade através da sua organização (união monogâmica indissolúvel; autoridade paterna, respeito pela lei moral, e dos recursos materiais (meios de existência, robustez e saúde). Para se analisar a função educativa, não basta observar como é que ela se dá em cada família, é preciso observar como se comporta a escola e a oficina.

É no contexto da reforma da instrução e educação promovida pelo Estado Novo que estas concepções da ciência social terão a sua aplicabilidade, já que os princípios dessa reforma vão de encontro aos propósitos da escola.

Com o Estado Novo as questões da educação passam a ser analisadas de um ponto de vista eminentemente elitista. Salazar numa entrevista concedida a António Ferro em 1933 considerava “mais urgente a constituição de vastas élites do que ensinar o povo a ler. É que os grandes problemas nacionais têm de ser resolvidos, não pelo povo, mas pelas élites enquadrando as massas” (62). Neste sentido, Gustavo Cordeiro Ramos, ministro da Instrução Pública (63), contempla fundamentalmente o ensino liceal, em virtude de constituir o meio de ascensão das élites a cargos do poder, publicando em 1931 o “Estatuto do Ensino Secundário”. Em contrapartida, reduz o ensino obrigatório de quatro anos para três anos, proíbe a coeducação e extingue o ensino primário complementar. As medidas repressivas e a acção disciplinar para alunos e professores passam a ser um facto no ensino liceal. É considerada “infracção disciplinar todo o acto ou omissão contrária aos deveres dos alunos, designadamente a prática de actos de manifesta hostilidade contra o poder executivo”, sendo aplicadas penalidades aos professores do ensino secundário “que pela sua acção adentro do instituto de ensino em que professa, ou no meio social da respectiva zona pedagógica, prejudicar a direcção dos serviços escolares ou o aproveitamento pedagógico dos alunos” (64).

Esta concepção de educação, que passa essencialmente por um carácter repressivo e de inculcação de valores do regime (Deus, Pátria e Autoridade), parte da

escola, mas pretende chegar à família, considerada a célula base da sociedade. No seguimento desta política educativa, Cordeiro Ramos cria a Direcção Geral da Saúde Escolar (1933), entregando a Serras e Silva a tarefa de reestruturar os serviços de saúde escolar.

Serras e Silva terá deste modo oportunidade de aplicar as concepções de educação, segundo a ciência social, à saúde escolar, partindo duma acção no âmbito da escola e complementar a exercida pela família. Através da revista “A Saúde Escolar” (65), da qual vem a ser Director, explicita em múltiplos artigos essa concepção. Para Serras e Silva na educação torna-se indispensável a formação do carácter, que confere disciplina e espírito de responsabilidade, sem os quais o homem não se poderá realizar.

A defesa da “saúde do corpo e da saúde do espírito” contribuem para o robustecimento físico e para a disciplina do espírito, implicando além duma tarefa repressiva, uma obra de prevenção, função a ser desenvolvida pelos médicos escolares e visitadoras escolares. A finalidade da saúde escolar é a de “concorrer para a educação integral do homem, impondo-se o encargo de preencher as lacunas, deixadas pela família na formação dos filhos, e presume que as crianças poderão levar da escola reformada para suas casas muitas coisas que serão úteis à boa ordem e aos bons costumes” (66). Assim, não basta a acção do médico escolar junto ao aluno, torna-se indispensável que tal acção se estenda às famílias, sendo assim criada a profissão de visitadora escolar, pedra chave na implementação da saúde escolar.

“É impossível a resolução da educação moral, como da educação higiénica nas escolas, como é impossível organizar a defesa mental dos alunos nos domicílios sem a colaboração das visitadoras” (67). “À visitadora compete a colheita de elementos exteriores de que o médico carece para a integração social do indivíduo no meio externo, permitindo assim o estudo completo do aluno, do ponto de vista psíquico como físico (acção individual). Em segundo lugar a ela compete a modificação, tanto quanto possível para melhor, dalgumas influências do mesmo meio. Em terceiro lugar, o aproveitamento das oportunidades que surgem no decurso das visitas, para orientação e correcção dos maus hábitos e más práticas de puericultura e de higiene geral física e moral (acção social)” (68).

O campo da intervenção da visitadora é privilegiadamente nos liceus, em conformidade com as orientações da política de educação do Estado Novo. Aí contribuí, no parecer do inspector da saúde escolar Fernando da Silva Correia, para a “higiene moral, de tão grande alcance educativo para a mocidade de hoje, que há-de formar as elites dirigentes da geração que se prepara” (69).

Se Serras e Silva, juntamente com o núcleo dos seus colaboradores, inspectores escolares e médicos escolares, reestrutura os serviços de saúde escolar, forjando as atribuições a conferir às visitadoras escolares <sup>(70)</sup>, serão também simpatizantes da ciência social que darão concretização às influências dessa escola na formação, quer das visitadoras escolares, quer das assistentes sociais. Destacamos neste campo António Faria Carneiro Pacheco, e os médicos de saúde escolar, José Lopes Dias e José da Paiva Boléu.

### 3.2. António Faria Carneiro Pacheco.

António Carneiro Pacheco, Ministro da Educação (71), é o que melhor traduz a orientação do novo ministério, na qual privilegiada a educação em detrimento da instrução, esta reduzida ao mínimo, ao ler, escrever e contar; aquela exaltada ao máximo nas suas implicações nacionalista e cristã, tornando-se no “executor implacável da doutrina política de Salazar” e do seu pensamento “Deus, Pátria e Família” <sup>(72)</sup>.

É ele que cria a Mocidade Portuguesa (1936) organização nacional e para militar que abrange toda a juventude, escolar ou não, tendo por fim “estimular o desenvolvimento integral da sua capacidade física, a formação do carácter e a devoção à Pátria no sentimento da ordem, no gosto da disciplina e no culto do dever militar” <sup>(73)</sup>, e a Mocidade Portuguesa Feminina (1937) para as jovens e crianças procurando pela via da escola — “exercer uma influência de cariz fundamentalmente ideológico e nacionalista, conjugada com actividades de economia doméstica, mas sobretudo físicas, no sentido de valorizar a beleza do corpo” <sup>(74)</sup>. “Tudo quanto executou teve sempre como objectivo a moldagem da criança e dos adolescentes ao modelo nacionalista que defendia, e isso obrigou a concentrar todas as atenções nos ensinos primário e liceal” <sup>(75)</sup>.

Falcão Machado insere Carneiro Pacheco no grupo coimbrão (juntamente com Serras e Silva, José Alberto dos Reis, Salazar e outros) que se caracteriza pela sua preocupação com questões de educação-formação <sup>(76)</sup>, assim perfilhando dos ideais reformadores no âmbito da educação, da escola da ciência social.

Este ministro aposta na formação das visitadoras escolares, criando-lhes um curso em 1939, “que lhes permita cumprir com inteira eficiência a sua delicada missão social e educativa” <sup>(77)</sup>. O curso é confiado à Obra das Mães pela Educação Nacional (O.M.E.N), criada, também por Carneiro Pacheco e destinada a “estimular a acção educativa da família e a assegurar a cooperação entre esta e a escola, nos termos da Constituição” <sup>(78)</sup>, ficando autorizada a criá-lo em Lisboa, Porto e Coimbra.



Destina-se fundamentalmente, às visitadoras escolares já em exercício, que sem a sua frequência e aproveitamento não verão os contratos renovados.

“Serão requisitos de admissão à matrícula a maioridade, irrepreensível conduta moral, modéstia, compostura exterior, suficiente robustez física e aprovação em um exame constituído por provas de aritmética, de redacção e de aptidão para o trabalho social e para a orientação moral, e constituirão motivo de preferência a viuvez com encargos de família, o estado de solteira com encargos de família, ou desamparo, melhores habilitações literárias afins, posse de um curso de informação ou aperfeiçoamento instituído pela OMEN” (79).

A selecção das visitadoras não é deixada ao acaso, sendo a origem social e as características pessoais sobrevalorizadas em detrimento das habilitações literárias, “garantia” de mais facilmente se enquadrarem no espírito do Estado Novo. Estas exigências vão de encontro ao parecer de Fernando da Silva Correia que considerava que “grande erro seria, por exemplo recrutar as visitadoras entre pessoas fúteis, ou do meio rústico, donde podem vir excelentes operárias, criadas de servir, governantes, etc., mas onde será mais difícil conseguir senhoras que têm de conviver com pessoas de condições, génios e educações muito variadas” (80).

Com a duração de 3 meses, abrange as disciplinas de moral cívica e moral profissional, noções gerais de educação, higiene geral e escolar, enfermagem e elementos de legislação sanitária e formação técnica. O curso vem a ser regido pelos três inspectores de Saúde Escolar, um médico escolar e uma Assistente Social. José Lopes Dias, médico escolar do Liceu Nun’Alvares, rege a cadeira “Formação técnica”, fazendo uma iniciação a vários aspectos do Serviço Social. A Assistente Social da OMEN, formada pelo Instituto de Serviço Social de Lisboa, Maria Leonor Botelho é encarregada da “Formação técnica prática”, abordando questões como: inquéritos como base do Serviço Social, as monografias, as entrevistas, as informações particulares e oficiais, investigações, estatísticas, relatórios, organização de um inventário e do equilíbrio do orçamento no lar (81).

Neste curso são realizadas visitas de estudo ao: Instituto de Serviço Social, Centro de Cascais, Tutoria Central da Infância de Lisboa, Reformatório Feminino de Benfica, Obra de Defesa da Família, Bairro Social de Telheiras, Cantina Escolar, Instituto Médico-Pedagógico Condessa de Rilvas e Creche D. Júlia Moreira. Os seus dirigentes fazem lições e demonstrações sobre os mais diversos aspectos da assistência social (82).

As alunas são avaliadas por um júri constituído pelo delegado do Ministério da Educação Nacional, Dr. Manuel da Costa, pela representante da OMEN, Dr.<sup>a</sup> Maria Luisa van Zeller e pelo delegado da Saúde Escolar, Dr. Fernando da Silva Correia,

inspector de Saúde Escolar da 3.<sup>a</sup> área, concluindo com êxito 17 visitadoras, já em serviço. Em 1942 continuam a ser 17 as visitadoras escolares que se distribuem pelas cidades que têm em funcionamento os serviços de saúde escolar: em Lisboa (7), Coimbra (2), e uma nas seguintes cidades, do Porto, Leiria, Viseu, Santarém, Lamego, Portalegre, Castelo Branco e Ponta Delgada (<sup>83</sup>).

É ainda Carneiro Pacheco, como Ministro da Educação, que assina o decreto-lei n.º 30.135 de 14 de Dezembro de 1939, que oficializa as escolas de Serviço Social e onde se apontam os “princípios gerais de orientação a que hão-de submeter-se os estabelecimentos de educação para o serviço social e se aprovam os planos de estudo e programas, tudo para a formação de dirigentes idóneas e responsáveis no meio a que se destinam, ao mesmo tempo conscientes e activas cooperadoras da Revolução Nacional”. É realçada a intervenção das “obreiras do Serviço Social” junto de “famílias de todas as condições”, mas sobretudo “famílias humildes e de restrita cultura, as mais facilmente influenciáveis”, de “fábricas, organizações profissionais, instituições de assistência e de educação colectiva e de obras similares”, com “múltiplos objectivos — higiénicos, morais, intelectuais” (<sup>84</sup>). O artigo 5.º do referido decreto prevê a especialização de visitadoras escolares, tomando por base os programas já enunciados para o curso das visitadoras escolares.

Em 27 de Janeiro de 1940, António de Oliveira Salazar determina que se rectifique o anterior decreto, ganhando relevo a introdução dos seguintes aspectos, no programa “Serviço Social e seu funcionamento”: origens e evolução do Serviço Social, Serviço Social individual e familiar e suas bases actuais (estudo teórico e prático), visitas de carácter social, relatórios, monografias, inquéritos (2.º Ano) e noções sobre Serviço Social colectivo e de instituições, actividades especializadas (3.º Ano).

### 3.3. José Lopes Dias

José Lopes Dias, médico escolar e professor no curso de visitadoras escolares, dá aulas e acompanha as alunas em visitas de estudo, vindo a publicar as lições proferidas no seu livro “12 Lições sobre Serviço Social” (<sup>85</sup>) considerado por Fernando da Silva Correia como “um excelente manual de iniciação na sociologia prática e um compêndio de pedagogia social e de iniciação na assistência moderna, de grande utilidade para todos os que de qualquer modo hajam de actuar no meio em que vivem” (<sup>86</sup>).

Em vários capítulos debruça-se sobre os ensinamentos ciência social, salientando a monografia social e os inquéritos monográficos segundo o método de Le Play;

fazendo referências à ciência social e particularmente a Paul Descamps, quando aborda o meio familiar e como devem as agentes sociais encarar a família.

Vendo a monografia como um excelente instrumento de investigação social, escreve que “se os inquéritos nos permitem a ordenação dos factos, a catalogação dos detalhes, em que vai alicerçar a acção social, as monografias transcendem os fins utilitários e imediatos para nos dar a explicação científica das sociedades” (87). Considerando que as monografias portuguesas a serem feitas por agentes sociais serão de extrema utilidade, recomenda-lhes “especialmente a organização de monografias que tanto podem contribuir para o esclarecimento de necessidades colectivas, como para o prestígio da própria função” (88). Acrescenta que todo o trabalho de análise da sociedade e o “longo esforço de análise, das reacções da vida individual ou familiar perante o meio, das repercussões do meio na existência das pessoas ou famílias”, conduzem quer, às “operações de síntese, de classificação e de sistematização, de mais carácter”, quer às “perspectivas concretas em relação com as possibilidades do Serviço Social” (89).

Num artigo em co-autoria com duas visitadoras escolares ilustra esta opinião, apresentando os resultados da observação de 103 famílias dos filiados dum centro extra-escolar da Mocidade Portuguesa feita com o objectivo de “recolher impressões, tão exactas quanto possível, da escola do lar e da intimidade da família, bem entendido, sob os aspectos gregário e moral, ou subsidiários” (90). Para além do diagnóstico social e o auxílio necessário a prestar em cada caso, este estudo, constitui para os autores, uma informação que os dirigentes do centro poderão utilizar para “fins úteis aos filiados”. Através das visitas domiciliárias puderam dar-se conta da aspiração, “bastante comum e surpreendente entre os analfabetos: a de aprenderem a ler “tendo requerido a criação dum curso nocturno, assim como a pretensão de outros filiados aprendizes ou operários desejarem “algumas luzes de aritmética, de desenho e de higiene social e profissional, necessárias ao aperfeiçoamento de artes e ofícios” (91)

Assim, concebe o Serviço Social, assente na “análise e na observação rigorosa dos sintomas de sofrimento, a-fim-de se estabelecer o verdadeiro diagnóstico social, com a possível terapêutica. É o método científico em acção” (92).

### 3.4. José da Paiva Boléu.

José da Paiva Boléu, médico escolar, presidente da CADC em 1925 e 1926, secretário da revista *Acção Médica*, da Associação dos Médicos Católicos, que rege a cadeira de Sociologia no Instituto de Serviço Social de Lisboa, publicando em 1937 o artigo “O valor médico-pedagógico dos inquéritos sociais”, na revista

“A Saúde Escolar” (93). Este trabalho corresponde a um inquérito realizado aos alunos de um Liceu de Lisboa, em que se denotam conhecimentos provenientes da ciência social. “Observar, comparar, quer utilizando o método das monografias ou estudos detalhados sobre famílias-tipos, quer os inquéritos pessoais, orais ou escritos, as estatísticas, etc, tudo é vantajoso e fornece elementos de interesse e utilidade. Na elaboração das monografias muitos serviços podem prestar às visitadoras, sempre que aprendam a importância dos factos sociais e desenvolvam naquele sentido social indispensável nos estudos desta natureza” (94).

A utilização da ciência social, para além das visitadoras escolares é ainda considerada útil para os médicos escolares a quem compete “fazer a profilaxia não só das doenças físicas, mas também morais” (95). Neste sentido cita Paul Bureau, seguidor da ciência social, considerando que “é pela educação que se consegue fortalecer as vontades e assegurar os esforços úteis à colectividade. É necessário incutir no ânimo do aluno a ideia e o desejo duma vida simples e laboriosa, modesta e sóbria. É preciso que o aluno crie o ideal de servir e não de se servir” (96).

A organização dos serviços de saúde escolar e o seu impacto na criação das visitadoras escolares e na formação das assistentes sociais, leva-nos a afirmar com Braga da Cruz que “a ciência social serviu claramente para reforçar, como ideologia reformadora por via educativa, as pretensões restauradoras da paz social, pela concertação corporativa dos interesses antagónicos, e pelo intervencionismo supletivo do nascente estado do bem estar, de que o catolicismo social, fundamental inspirador ideológico do Estado Novo, se fez arauto” (97).

São fundamentalmente adeptos da democracia cristã, católicos que se tornam ideólogos e políticos do Estado Novo, os discípulos, militantes, divulgadores e simpatizantes da ciência social em Portugal nesse período.

Apesar de inicialmente o novo regime incentivar este tipo de conhecimento da sociedade, ele não veio no entanto a traduzir-se nem no desenvolvimento de trabalhos de tipo sociológico, nem na existência da disciplina de sociologia nas universidades portuguesas. Facto que não estará desligado da atitude do Estado Novo de cercar de uma forma geral o desenvolvimento das ciências sociais.

Os cursos de Serviço Social constituem assim um dos poucos espaços em que a disciplina de Sociologia continuará a existir durante o período de construção do Estado Novo, acolhendo as orientações e directrizes da escola da ciência social, dando esses profissionais concretização a algumas das propostas reformadoras da escola em consonância com algumas medidas de política social forjadas pelos poderes públicos e particulares.

Como referem Madureira Pinto e Boaventura de Sousa Santos “durante as duas décadas em que emerge e se consolida o Estado Novo, a sociologia, como prática disciplinar e como referência intelectual autorizada, ficará praticamente confinada a esse espaço em que os objectivos de conhecimento mal se distinguem dos princípios da Doutrina Social da Igreja e de certas intenções de reforma social” (98).

## NOTAS

(1) Veja-se Fernando Catroga, *A militância laica e a des cristianização da morte em Portugal 1865-1911*, Tese de Doutoramento apresentada à Universidade de Coimbra, 1988.

(2) Segundo a periodização do regime feita por Manuel Braga da Cruz. Cf. *O Partido e o Estado Salazarista*, Lisboa, Editorial Presença, 1988, p. 40.

(3) Veja-se B. Alfredo Henriquez e Alcina Martins, *O Serviço Social Português — da sua génese e emergência*, Lisboa, Departamento de Pós-Graduação do Instituto Superior de Serviço Social, C. R. L.. Estudo e Pesquisa, Documento n.º 1, 1992; B. Alfredo Henriquez, “Génese emergência do Serviço Social”, *Intervenção Social*, ano II, n.º 5/6, 1991.

(4) Manuel Braga da Cruz, “Para a história da Sociologia Académica em Portugal”, Separata do número especial do Boletim da Faculdade de Direito de Coimbra, 1983, p. 8.

(5) Veja-se Fernando Catroga, *op. cit.*

(6) Manuel Braga da Cruz, *op. cit.*, p. 36.

(7) A Sociologia experimental corresponde ao segundo dos períodos definidos por Manuel Braga da Cruz, para o estudo da Sociologia no meio académico português. Cf. *op. cit.*, p. 4 e 5.

(8) No presente texto adaptou-se e desenvolveu-se a segunda parte do trabalho, “A influência do positivismo e da escola da ciência social de Le Play em Portugal — da segunda metade do século XIX ao Estado Novo Salazarista”, Núcleo de Investigação de História do Serviço Social Português, Estudos e Documentos n.º 2, 1990.

(9) Segundo citação de Armand Cuvillier, *Introdução à Sociologia*, Coimbra, Arménio Amado Ed., 1940, p. 140.

(10) Paul Descamps, *Résumé de l’histoire de la Science Sociale*, Lisboa, Imprensa Nacional, 1941, p. 6.

(11) Segundo Robert Nisbet este trabalho “pouco mais é que a realização detalhada das ideias contidas no ensaio de Bonald sobre os contrastes sociais as famílias rurais e urbana e os seus contextos”. Cf. “Conservantismo”, *História da Análise Sociológica*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980, p. 162. Bonald publica pela primeira vez, em 1818, o ensaio “Da família agrícola e da família industrial”, partindo da família para estudar os efeitos antagónicos do tradicionalismo e do modernismo. Ver Robert Nisbet, *La formación del pensamiento sociológico*, Buenos Aires, Amounorter Ed., 1969, vol. I, p. 89.

(12) Le Play ergue-se contra os “falsos dogmas de 1789” e reclama o regresso à “superioridade social da Idade Média”. Referido respectivamente na *La réforme en Europe et le salut en France*.

Le programme des Unions de la Paix Sociale, Tours, Alfred Mame et Fils, Dentu, 1876, p. 55 e “La réforme sociale en France déduite de l’observation comparée des peuples européens, Tours, Alfred Mame et Fils, Paris, Dentu, 1878, p. 43.

(13) Manuel Braga da Cruz, op. cit., p. 32.

(14) João Francisco de Almeida Policarpo, O pensamento social do grupo católico “A Palavra” (1872-1913), Coimbra, Universidade de Coimbra, 1977, p. 33.

(15) Robert Nisbet, “Conservantismo”, op. cit., p. 152.

(16) Antoine Savoye, “Les continueurs de Le Play au tournant du siècle”, Revue Française de Sociologie, XXII, 1981, p. 317.

(17) Jacques Leclerq, Introdução à Sociologia, Coimbra, Arménio Amado Editor, 1953, p. 52.

(18) Antoine Savoye, op. cit.

(19) Braga da Cruz, op. cit., p. 33.

(20) João Francisco de Almeida Policarpo, op. cit., pag. 239.

(21) João Francisco de Almeida Policarpo, op. cit., pag. 262

(22) Henry de Burnay nasce em Lisboa em 1830, judeu de origem, casa com a filha de um banqueiro de origem belga, é feito conde por D. Luís, com uma ascensão social prodigiosa, transformando-se no capitalista por excelência na década de 90 em Portugal. Ver: Maria Filomena Mónica, “Capitalistas e industriais”, Análise Social, vol. XXIII, n.º 99, 1987, pag. 819 a 863.

(23) O Instituto das Franciscanas Missionárias de Maria é de origem francesa, criado em 1877. Os elementos da congregação chegam em Portugal em 1895 quando decorria o Congresso Internacional Católico, por proposta de Núncio Apostólico de Lisboa, para gerirem a obra de Henry Burnay. Ver: Reverendíssima Madre Maria da Paixão, fundadora das Franciscanas Missionárias de Maria, Barcelos, Edições dos Anais das Franciscanas Missionárias de Maria, 1960. Após implantação do “Estado Novo”, são chamadas para gerir as obras sociais da Junta da Província da Beira Litoral criando em 1937 a Escola Normal Social de Coimbra, a segunda escola de Serviço Social a ser fundada em Portugal.

(24) Segundo Braga da Paixão “as cozinhas económicas não são mais um caldo da porta do convento, mas um sistema de refeitórios razoáveis, ao alcance de todas as bolsas”. in: Braga Paixão, A Fundação das Cozinhas Económicas de Lisboa, Lisboa, Tipografia da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, 1944, pag. 28. No entanto “apesar da excellencia da comida, a concorrência às Cozinhas tem diminuído sensivelmente, devendo talvez suppor-se que naquella inestimável instituição alguma cousa ha que não pode agradar ao publico da capital, essencialmente liberal e democrata, e que esta animada versão só desaparecerá quando a direcção das Cozinhas se deliberar a tornar o serviço d’aquelles estabelecimentos populares completamente leigos”. Cf. Victor Ribeiro, “História da Beneficência Pública em Portugal”, in: O Instituto — revista científica e litteraria, Coimbra, Imprensa da Universidade, vol. 53, n.º 3, 1906, p. 132.

(25) A Liga da Educação Nacional criada em 1892-1893, dirigida aos professores do ensino superior, visava uma intervenção nesse nível de ensino “para que se propagasse a sua extensão, se criasse o espírito de investigação científica e se formasse aquele escol intelectual que deveria mar-

car as directrizes e ser o orientador da vida portuguesa, ante os novos horizontes sociais de larga visão cultural”. Promoveu e organizou conferências pedagógico-sociais, cursos de pedagogia, fazendo-se representar em vários congressos nacionais. Cf. “Curta história da S. E. P. (1910-1934)”, Revista de Educação Geral e Técnica, Série X, n.º 1 e 2, 1934-35, p. 1 e 2.

(<sup>26</sup>) A Comissão de Estudos Sociais, agrupavam pessoas como Serras e Silva, Marnoco e Sousa, Mendes dos Remédios, Sobral Cid, “professores universitários e católicos, interessados em problemas sociais e pedagógicos, para quem a questão social, como questão moral, requeria sobretudo uma resposta educativa”. Cf. Braga da Cruz, op. cit., p.37.

(<sup>27</sup>) O Colégio da Via Sacra em Viseu dirigido pelo Con. Frutuoso da Costa, que teve António de Oliveira Salazar como perfeito entre 1908 e 1910, é referido por este como uma organização que se relevavam da ciência social e da École des Roches. Estas influências levarão inclusivé Salazar em várias conferências a citar e a referir-se a Le Play e aos seus continuadores como E. Demolins e Poincard. Cf. Braga da Cruz, op. cit., p. 38.

(<sup>28</sup>) A Sociedade Internacional da Ciência Social é criada em 1904, após a morte de H. Tourville, considerado o mecenas da escola, com vista a reunir fundos para a prossecução do ensino e dos inquéritos monográficos. Braga da Cruz refere um número avultado de portugueses que aderiram à Sociedade Internacional da ciência social, antes da queda da monarquia, figurando os seus nomes no Bulletin de la Société Internationale de la Science Sociale, que se publicava com a revista La Science Sociale. Entre eles: Anselmo Braamcamp, Serras e Silva, Leite de Vasconcelos, Marnoco e Sousa, Con. Frutuoso da Costa, J. Matos Braamcamp, José Alberto dos Reis, Ressano Garcia, etc. op. cit., p. 37.

(<sup>29</sup>) Braga da Cruz, op. cit., p. 36.

(<sup>30</sup>) Joseph Durier de 1907 a 1914 faz um curso no Colégio Livre das Ciências Sociais, criado em 1897 por M. Funk Brentano, explicando e corrigindo a “Nomenclatura dos factos sociais”. Tourville é o autor da Nomenclatura, em que a monografia da família se alarga ao estudo do conjunto da sociedade-regiões e países — e os factos sociais são classificados em 25 classes, por sua vez, subdivididos em 326 elementos. Cf. Paul Descamps, Resumé de l’histoire de la science sociale, Lisboa, Imprensa Nacional, 1941, p. 19 a 21.

(<sup>31</sup>) José de Mattos Braamcamp relata que “distribuiu-se aos quarenta portugueses o cuidado de fazerem monografias de famílias típicas da actividade das regiões, sobre questionários organizados por Poincard, adaptando a cada um o método geral sobre classificação de todos os factos sociais de Tourville”. Cf. Boletim da Sociedade Portuguesa de Ciência Social, n.º 1, 1918, p. 5.

(<sup>32</sup>) Léon Poincard publica em 1910 na revista La Science Sociale “Le Portugal inconnu, II — L’industrie, le commerce et la vie publique”. Le Play em 1881 lança a revista “La Reforme Sociale”. Após a sua morte (1882) assiste-se à divisão dos seus discípulos em duas tendências: a “Sociedade de Economia Social”, também conhecida pela “Reforma Social” e a “Ciência Social”. Desta fazem parte Henri Tourville, Edmond Demolins, Paul Bureau, Robert Pinot, Paul Rousiers e outros que em 1886 criam a nova tendência através da revista “La Science Sociale”. Pondo em causa as conclusões de Le Play face à “famille souche” que não assegurava a estabilidade e só conduzia ao sacrifício dos filhos não herdeiros, propõem uma nova classificação das famílias baseada na educação dos filhos. Esta tendência caracteriza-se por acentuar o carácter científico da obra de Le Play, ao invés da sua dimensão reformadora.

(<sup>33</sup>) Léon Poincard, Portugal Ignorado. Estudo social, económico e político seguido de um apêndice relativo aos últimos acontecimentos. Porto, Magalhães e Moniz Lda. Editores, 1912, cor-

responde à primeira parte do seu trabalho em Portugal em que aborda aspectos relativos ao território e à raça, à agricultura e vida rural e às indústrias extractivas.

(34) É Serras e Silva que traduz e edita o trabalho de Léon Poincard, *O estudo dos agrupamentos sociais pelo methodo monographico*, segundo F. Le Play e H. Tourville. Notícia seguida de quadro de classificação dos factos sociais de H. Tourville e de um ensaio de classificação de sociedades segundo Demolins. Coimbra, Imprensa Académica, 1909.

(35) Christovan Ayres, “Parecer redigido pelo Secretário acêrca da candidatura do Dr. Léon Poincard a socio correspondente”, *Boletim da segunda classe – Academia das Sciencias de Lisboa*, Lisboa, Imprensa Nacional, vol. 4, fasc. n.º 7, Junho 1911, p. 464 a 467.

(36) Léon Poincard, *Portugal Ignorado*. op. cit., p. 273.

(37) Cf. Paul Descamps, *Résumé de l’histoire de la science sociale*, op. cit., p. 27.

(38) *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social*, n.º 1, Janeiro de 1918, p. 15.

(39) José de Mattos Braamcamp, “Léon Poincard e a vida e coisas de Portugal”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social*, n.º 1, Janeiro de 1918, p. 9.

(40) Os principais articulistas *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social* (1918-1919) são: José Machado Fontes, o principal animador deste movimento, José de Mattos Braamcamp, Bento Carqueja, António da Costa e Manuel Pimenta. Saliente-se que o *Boletim* menciona uma vasta bibliografia dos principais autores da Ciência Social como: Paul Roux, Bouchié, Demolins Paul de Rousiers, H. Tourville, Léon Poincard, Paul Bureau, J. Durieu, etc.

(41) Cf. Paul Descamps “L’utilité de la Science Sociale” in: *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social*, n.º 2, 1918, pag. 19 a 23.

(42) José Fontes “A Crise Nacional”, *Boletim da Sociedade Portuguesa de Sciencia Social*, n.º 3 e 4, 1918, pag. 52 a 56.

(43) José Alberto dos Reis é adepto da escola da ciência social, tendo escrito em 1919 “A formação social do inglês e do alemão e a educação portuguesa”, abordando a formação do carácter do ponto de vista sociológico. Cf. Fernando Falcão Machado, “Sociologia em Portugal”, *Separata do jornal “Expansão”*, n.º 62, 1962, p. 3 e 4.

(44) Paul Descamps, *Résumé de l’histoire de la Science Sociale*, op. cit., p. 33. Posteriormente, Descamps refere-se a Salazar como “simpatizante da ciência social”, que tinha seguido as lições no Seminário de Viseu e que conhecia algumas das suas obras, particularmente o resultado dos inquéritos sobre a Inglaterra. Cf. *Le Portugal — La vie sociale actuelle*. Paris, Firmin-Didot et Cie, 1953, p. XI e XII.

(45) Paul Descamps destaca do grupo dos colaboradores, Serras e Silva em Coimbra, José Fontes no Porto e Falcão Machado em Lisboa. op. cit., p. 33.

(46) Paul Descamps, *Le Portugal — la vie sociale actuelle*, op. cit., p. VI.

(47) Veja-se a este respeito o trabalho de Braga da Cruz, “Para a história da sociologia académica em Portugal”, op. cit., p. 46 e 47.

(48) Fernando Flacão Machado, op. cit., p. 5.



(49) Cf. Folheto Informativo do Instituto, Instituto de Serviço Social de Lisboa, 1935, p. 2.

(50) Enciclopédia Luso-Brasileira, vol. 28, p. 503.

(51) Título da comunicação “Acção do saneamento geral sobre a tuberculose”, Medicina Contemporânea, 1 de Maio de 1904, p. 142.

(52) Serras e Silva, “Educação da Mulher – a formação da sensibilidade”, Estudos, n.º 49 e 50, p. 119 e 120. Esta postura face à mulher está, inclusivé, de acordo com o papel que o Estado Novo lhes atribuirá. Salazar contará com intelectuais, de preferência solteiras, atribuindo-lhes funções políticas precisas e de confiança no aparelho ideológico do regime. Ver Maria Belo, Ana Paula Alão e Iolanda Neves Cabral, “O Estado Novo e as Mulheres”, o Estado Novo — das origens ao fim da autarquia 1926-1959, II vol., Lisboa, Fragmentos, 1987, p. 267.

(53) João Porto, “A jubilação do Prof. Doutor João Serras e Silva”, Coimbra Médica, 5.º Ano, vol. V, n.º 2, 1938, p. 81 a 88.

(54) Cf. Anais da Assembleia Nacional e da Câmara Corporativa — 1935, Lisboa, Assembleia Nacional, 1936, p. 216.

(55) Manuel Gonçalves Cerejeira, O Renascimento em Portugal-Clenardo, Dissertação de Doutoramento, Coimbra, Imprensa da Universidade de Coimbra, 1917. Cerejeira cita a comunicação “O Catolicismo e a Higiene”, Coimbra, França Amado, 1918 de Serras e Silva: “é a fé que favorece a saúde e o equilíbrio da inteligência, quando resolve os problemas angustiantes da origem e destino do Homem, que a razão por si só era impotente de resolver” Cf. Manuel Gonçalves Cerejeira, A Igreja e o pensamento contemporâneo, 5.ª ed. correcta e aumentada, Coimbra, Coimbra Editora, 1953 p. 486.

(56) Cf. Manuel Gonçalves Cerejeira, Obras Pastorais, II vol. (1936-43), 2.ª ed., Lisboa, União Gráfica, 1961, p. 389 a 390.

(57) Cf. Manuel Gonçalves Cerejeira, Obras Pastorais, II vol. op. cit., p. 390 e 391.

(58) Faria de Vasconcelos, “Algumas considerações sobre a obra do Doutor Serras e Silva”, A Saúde Escolar, Lisboa, Ano V, n.º 28, 1939, p. 121 a 125.

(59) João Porto, “A jubilação do Prof. Doutor João Serras e Silva”, op. cit., p. 87.

(60) Serras e Silva, A Ciência Social na Educação e na História, Coimbra, 1926.

(61) Serras e Silva, op. cit., p. 73 e p. 75.

(62) Filomena Mónica, Educação e Sociedade no Portugal de Salazar – a escola primária salazarista 1926-1939. Lisboa, Editorial Presença, 1978, p. 116.

(63) Gustavo Cordeiro Ramos, professor da Faculdade de Letras de Lisboa exerce o cargo de ministro da Instrução nos seguintes períodos: de 10-11-1928 a 7-7-1929; de 21-1-1930 a 4-7-1932, tendo Salazar como presidente do ministério; e de 11-4-1932 a 23-7-1933, sendo Salazar já presidente do Conselho. A ele se deve a criação dos postos de ensino os 113 pensamentos, frases de carácter moral cuja inserção nos livros de leitura adoptados passava a ser obrigatória. Em 1930 manda que cessem funções todos os reitores e vice-reitores em serviço nos liceus, sendo a partir daí nomeados directamente pelo Governo.

(64) Rómulo de Carvalho, *História do Ensino em Portugal – desde a fundação da nacionalidade até o fim do regime de Salazar-Caetano*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1986, p. 742.

(65) A revista “Saúde Escolar” é criada pela Direcção Geral de Saúde Escolar. O primeiro número surgido em 1936 define os seus objectivos: “destinada a divulgar doutrinas, práticas e resultados da medicina escolar e da pedagogia do ensino”. Nela escrevem fundamentalmente, inspectores de saúde escolar, médicos escolares, visitadoras escolares e professores.

(66) Serras e Silva, “A Saúde Escolar”, *A Saúde Escolar*, Lisboa, Ano I, n.º 1, p. 9.

(67) Fernando da Silva Correia, “Serviço Social Escolar – as Visitadoras dos Liceus”, *A Saúde Escolar*, Ano I, n.º 4, 1936, p. 215 e 216.

(68) A. Cortez Pinto, “As Visitadoras e a Escola Nova”, *A Saúde Escolar*, 1936, p. 312 e 313.

(69) Fernando da Silva Correia, “Serviço Social Escolar – as Visitadoras dos Liceus”, op. cit., p. 203 e 204.

(70) A Direcção Geral de Saúde Escolar dá as seguintes instruções às visitadoras escolares: “I As visitadoras devem assistir diariamente a parte da consulta médica; II Devem visitar diariamente a residência de alguns alunos, para fazerem inquéritos sociais discretos e ouvirem das famílias recomendações a respeito deles, exercendo vigilância nesse sentido, e em especial: sobre companhias, vícios e práticas prejudiciais, jogos e diversões, doenças anteriores, empréstimos de livros e doentes contagiosos, etc.; III Devem averiguar a razão porque faltam os alunos e onde ocupam os tempos a que faltam e os feriados; IV Devem vigiar e ensinar pormenores sobre o isolamento de doentes contagiosos e seus companheiros de casa; V Auxiliarem os médicos na vacinação; VI Organizar o arquivo do gabinete médico; VII Vigiar a regularidade dos tratamentos anti-sifilíticos ou outros; VIII Acompanharem e dirigirem as crianças para dispensários e outras obras onde recebam tratamentos sem prejuízo dos trabalhos escolares; IX Vigiar a iluminação dos quartos de estudo; X Darem às alunas conselhos de ordem higiénica e moral; XI Auxiliarem os médicos nos cursos de Puericultura; XII Auxiliarem o estudo do serviço social nas escolas primárias, como centros de medicina preventiva, de colaboração com outras obras”. Cf. Fernando da Silva Correia, “As visitadoras da 3.ª área no ano lectivo de 1935-36”, *A Saúde Escolar*, Lisboa, n.º 4, 1937, p. 317.

(71) António Faria Carneiro Pacheco, Professor da Faculdade de Direito de Lisboa, Ministro da Educação de 18-1-1936 a 8-3-1939.

(72) Rómulo de Carvalho, op. cit., p. 753 e 754.

(73) Cf. Regulamento da organização nacional Mocidade Portuguesa, art. 1.º.

(74) Cf. Maria Belo, Ana Paula Alão e Iolanda Neves Cabral, “O Estado Novo e as Mulheres”, op. cit., p. 269.

(75) Rómulo de Carvalho, op. cit., p. 778.

(76) Falcão Machado, op. cit., p. 5.

(77) Artigo 1.º do estatuto aprovado pelo decreto n.º 26893 de 1936.

(78) Portaria n.º 9360 de 30 de Outubro de 1939, assinada pelo Ministro da Educação Nacional, António Faria Carneiro Pacheco. A OMEN e a MPF como organizações femininas do regime pro-

curavam restaurar na família os valores católicos e tradicionais, contrapondo-se aos valores laicistas da educação e incentivar o retorno da mulher às actividades domésticas e educação dos filhos.

(<sup>79</sup>) Fernando da Silva Correia, “A selecção das visitadoras escolares e a unificação do ensino das agentes do serviço social”, *A Saúde Escolar*, Lisboa, n.º 28, 1939, p. 359.

(<sup>80</sup>) Veja-se Programa do Curso de Visitadoras Escolares, Ministério da Educação Nacional, 30 de Outubro de 1939.

(<sup>81</sup>) José Lopes Dias, “Serviço Social-formação técnica das Visitadoras Escolares”, *A Saúde Escolar*, n.º 35, 1940, p. 228.

(<sup>82</sup>) José Lopes Dias, “Serviço Social-formação técnica das Visitadoras Escolares”, op. cit., p. 227.

(<sup>83</sup>) “Relação das actuais Visitadoras da Saúde Escolar”, *A Saúde Escolar*, n.º 44, 1942. Das 17 visitadoras escolares, só uma não tinha frequentado o curso de aperfeiçoamento para as visitadoras escolares, e 7 tinham tirado o curso de visitadoras sanitárias.

(<sup>84</sup>) Decreto-Lei n.º 30.135 de 14 de Dezembro de 1939.

(<sup>85</sup>) José Lopes Dias, 12 Lições sobre Serviço Social. Prefácio do Dr. Fernando da Silva Correia. 1945.

(<sup>86</sup>) in: Prefácio do Dr. Fernando da Silva Correia ao livro de José Lopes Dias, 12 Lições sobre Serviço Social, op. cit., p. X.

(<sup>87</sup>) José Lopes Dias, op. cit., p. 190.

(<sup>88</sup>) José Lopes Dias, op. cit., p. 195.

(<sup>89</sup>) José Lopes Dias, op. cit., p. 193.

(<sup>90</sup>) José Lopes Dias, Gertrudes Tengarrinha e Tereza Paiva, “Um centro extra-escolar da Mocidade Portuguesa – notas e observações”, *A Saúde Escolar*, n.º 28, 1939, p. 177.

(<sup>91</sup>) José Lopes Dias, Gertrudes Tengarrinha e Tereza Paiva, op. cit., p. 178.

(<sup>92</sup>) José Lopes Dias, Gertrudes Tengarrinha e Tereza Paiva, op. cit., p. 177.

(<sup>93</sup>) José da Paiva Boléu — O valor médico-pedagógico dos inquéritos sociais, separata de *A Saúde Escolar*, Lisboa, 1937.

(<sup>94</sup>) José da Paiva Boléu, op. cit., p. 4.

(<sup>95</sup>) José da Paiva Boléu, op. cit., p. 14.

(<sup>96</sup>) José da Paiva Boléu, op. cit., p. 14.

(<sup>97</sup>) Braga da Cruz, op. cit., p. 48 e 49.

(<sup>98</sup>) Madureira Pinto e Boaventura Sousa Santos, “I — A Formação da Sociologia Portuguesa (último quartel de século XIX, primeiro do século XX)”, trabalho mimeografado cedido pelos autores, 1988, p. 14.